

O CAMÕES DO *ESTADO NOVO*: RECEÇÃO E ENSINO

Carlos M. F. da Cunha

Universidade do Minho – Centro de Estudos Humanísticos
carmel@ilch.uminho.pt

Abstract

Since the nineteenth century, the interpretation of the work of Camões has been subject of varying interpretations, especially from the romantics, positivists and republicans. The political regime called Estado Novo, in turn, emphasized the epic side of *Os Lusíadas*, albeit with a policy of cuts and guided reading, to avoid the reading of the “Generation de 70” and the republicans, that considered the epic of Camões as a sign of national decadence.

Keywords: Camões, Education, epic, Estado Novo, interpretation

A receção de Camões durante o Estado Novo foi condicionada pelas leituras decadentistas da Geração de 70 e dos republicanos, que procuraram mostrar que *Os Lusíadas* simbolizavam ao mesmo tempo a glória e a decadência de Portugal, tanto no passado como no presente. Como afirmava Antero em 1881, a propósito das comemorações do tricentenário da morte de Camões, *Os Lusíadas* aclamavam “a glória e o génio dum povo, no momento preciso em que essa glória se eclipsa”, sendo o epitáfio da nação: “Ha nações para as quaes a Epopeia é ao mesmo tempo o epitaphio.” (1926, p. 309).¹

Os Lusíadas e Camões, a par dos descobrimentos e da Renascença, são agora vistos segundo uma dupla perspetiva, ao mesmo tempo épica e decadentista. Por isso, para a construção de uma visão gloriosa do passado, o Estado Novo viu-se obrigado a produzir uma contramemória da ideologia decadentista que marcou o século XIX (desde Alexandre Herculano à Geração de 70 e aos republicanos), segundo a qual os descobrimentos foram uma das causas da decadência de Portugal. Este processo passou por um revisionismo histórico do legado oitocentista, que se realizou em grande parte pela seleção dos textos a ler (através de omissões e de cortes²) e por uma leitura biográfica e

¹ Cf. Antero (1872, p. 30). Oliveira Martins diz algo similar: “Camões escreveu um poema que foi um epitaphio, porque a sociedade que cantou acabou com elle.” (Martins, 1891, p. IX); “O poema ficou desde então gravado na alma nacional como o epitaphio da nação.” (*Ibid.*, p. 108); “Portugal acaba; *Os Lusíadas* são um epitaphio.” (Martins, 1995 [1880], p. 17).

² Cf. Andrade (1996).

nacionalista dos seus autores. Tentou assim transformar o seu legado “pessimista” numa lição heroica,³ de modo a recriar a ideia da grandeza imperial de Portugal.

Os programas do ensino liceal da época são uma fonte privilegiada para observar esta revisão do passado, na medida em que acentuam uma perspectiva imperial/colonial de Portugal, como se pode ler nas *Observações* do programa de 1936 da disciplina de Português:

Far-se-á compreender ao aluno que o sentimento nacional da grandeza da Pátria está íntima e indissolivelmente ligado à nossa tradição colonial. É indispensável atrair a sua atenção para as condições de vida e progresso do Império Colonial Português, pela leitura e exercícios de redação sobre assuntos coloniais mais importantes e adequados ao seu estado de adiantamento.

Para evitar qualquer desvio em relação à doutrina oficial, recomendava-se a censura dos textos com matérias que pudessem desenvolver efeitos considerados negativos. Foram os programas de 1936 que deram início a este reforço do “controlo institucional da interpretação” (Kermode, 1983). Se nos programas de 1931 se defendiam cortes a “todos os textos que contenham matéria que possa desenvolver prematuramente nos alunos tendências impróprias das suas idades”, os programas do Estado Novo, de 1934, 1935 e 1936 generalizam a norma a todos os textos considerados “prejudiciais”. Aliás, no programa de 1936 esta prática é justificada porque “O intuito moral não poderá [...] perder-se de vista”.⁴

O critério para esta seleção autoral e textual tem a ver com a defesa de uma certa orientação da história nacional, valorizando-se o estudo das personalidades literárias, em particular dos autores suscetíveis de serem estudados numa lógica nacionalista, como D. Duarte, Camões, Garrett e Herculano. No sétimo ano, por exemplo, Gil Vicente é apresentado, em conjunto com Camões, como intérprete privilegiado “de uma época da vida da Nação”. Por isso, afirma-se que deveriam ser conhecidos os textos mais representativos da sua “ação nacionalista” e do “zelo apostólico”.

Estes objetivos nacionalistas estão já presentes nos primeiros programas promulgados durante o Estado Novo. Aliás, esta orientação nacionalista marca de um modo crescente os programas do ensino secundário desde 1895 até 1974. Os vários textos legais explicitam que o ensino liceal se destina à formação de um escol que havia de ingressar no ensino superior e ocupar lugares de chefia. Assim, o sistema educativo apos-

³ Recordemos que foi neste programa de 1936 que a leitura de Eça foi largamente restringida, ao mesmo tempo que se enfatizava o “valor estético” da obra queirosiana. Estava assim encontrada a solução que conduziu a que Eça passasse a ser um autor central nos programas subsequentes. A valorização das qualidades estéticas de Eça anda assim a par da ocultação do seu lado crítico e ideológico, através do ensino do designado “último Eça”, mais suscetível de uma “leitura nacionalista”.

⁴ Decreto n.º 27 085, *Diário do Governo*, n.º 241, I.ª série, de 14.10.1936.

tava, de modo global, em ser o motor da regeneração nacional e do progresso, mediante a educação dos seus futuros dirigentes, modelados à imagem dos “grandes homens” e do império.⁵

Ao mesmo tempo, e de forma aparentemente paradoxal, concede-se um relevo nunca antes dado à dimensão estética da literatura.⁶ Nos programas de 1936, por exemplo, sublinha-se mesmo que a prioridade deve ser concedida à dimensão estética das obras literárias, desde que compaginável com os interesses sociais e morais da adolescência, que competia ao regime estabelecer.⁷

O controlo da interpretação aplica-se de modo explícito a *Os Lusíadas*, obra central para a consagração da grandeza imperial de Portugal. Já nos programas de 1905 *Os Lusíadas* aparecem como “a mais perfeita escola de patriotismo em que póde iniciar-se a mocidade portuguesa”, cabendo-lhe a primazia no quarto e quinto anos, com a recomendação de que se façam “as omissões convenientes.” Em 1895 recomenda-se a leitura de metade da epopeia na quarta classe e da outra metade na quinta classe, com exclusão do Canto IX, esquema que se manterá até 1935. No programa de 1936 indica-se que por não ser possível a leitura integral, “o professor fará criteriosa escolha das passagens mais belas e mais apropriadas à leitura na aula, resumindo as restantes”, para “dar a conhecer a índole, a estrutura e o plano de composição de cada obra – o que se haverá em especial conta em relação a *Os Lusíadas*”. Mas em 1948 e em 1954, são explicitadas as estrofes a estudar. Através de uma preterição, declara-se que o programa “não determina taxativamente [...] os passos do poema a escolher para leitura”, apesar de ter uma lista detalhada do conjunto de estrofes a ler.⁸ No conjunto, predominam os conhe-

⁵ Cf. o Decreto de 14.9.1895, *Diário do Governo*, n.º 208, de 16.9.1895; Decreto n.º 3, de 3.11, *Diário do Governo*, n.º 250, de 4.11.1905.

⁶ Com efeito, nas *Observações* ao programa, pede-se para dar importância ao critério estético, de modo a fazer ver a “evolução da nossa arte literária, na expressão e nas ideias”, o valor dos autores e das obras, “a partir dos primeiros rebates de consciência integral da nação, no século XV”.

⁷ “Para as leituras em casa serão aconselhados livros que, pela sua ideologia, não colidam com os princípios cristãos que devem orientar a educação da mocidade.”

As observações ao programa de 1948 especificam que se devem evitar textos passíveis de “provocar emoções mórbidas ou prejudicar [...] a boa formação moral”, sublinhando que esta norma se aplica sobretudo à escolha de textos para o 3.º, 4.º e 5.º anos. No entanto, não deixam de ser importantes as recomendações para não se abusar da prática de utilizar os textos literários para efetuar exercícios gramaticais. Contudo, no primeiro ciclo (de dois anos), o ensino do Português (mediante textos literários) continua a ter a missão de despertar sentimentos elevados de civismo e de amor à Pátria, educando a inteligência dos alunos e ensinando a língua, contribuindo para uma “reta formação da sua personalidade de homem e de português.”

⁸ Programa de 1948: Canto I – n.ºs 1 a 15; 19 a 40; 70 a 74, 76, 84, 89, 94, 104 a 106; Canto II – n.ºs 29 e 30, 33, 44 a 53, 55 a 58, 108 e 109; Canto III – n.ºs 3 a 5, 17, 20 e 21, 23 a 26, 35 a 44 [1954: 42 a 44], 96 a 99, 102 a 106, 118 a 135, 138 e 139; Canto IV – n.ºs 13 a 19, 28 a 44 [1954: 28 a 33 e 42 a 44], 89 e 94 a 104; Canto V – n.ºs 1 e 3, 16 a 22, 31 a 35, 37 a 50 e 58 a 60 e 81 a 83; Canto VI – n.ºs 43 a 66

cidos “episódios” (Adamastor, Velho do Restelo, Inês de Castro, etc.) e são eliminadas as famosas passagens críticas ou que sublinham a decadência do império. Tal como em 1936, nos programas de 1948 e de 1954 define-se a linha interpretativa a seguir: “há de insistir-se no significado nacional do poema e no que se possa patentear claramente como expressão pessoal do autor, dando também relevo ao valor cultural e ao sentido de alguns passos e do conjunto.” (1948). Este Camões do *Estado Novo*, através de uma leitura orientada, e de acordo com as “omissões convenientes”, é moldado entre 1936 e 1954, reservando-se para o sétimo e último ano do ensino liceal o estudo aprofundado d’*Os Lusíadas*: “verificação do conhecimento pormenorizado do poema; a sua feição individual em confronto com as maiores epopeias da humanidade. O seu valor como expressão do pensamento da renascença; o seu significado nacional; apreciação dos episódios de maior valor representativo” (1936).

Assim, o que aqui designamos como a “política estética” do Estado Novo tem a ver com este fato de se ocultar ou subvalorizar a componente ideológica dos autores considerados problemáticos, assinalando-se ao mesmo tempo a qualidade estética das suas obras, em particular das que melhor se coadunavam aos valores do regime. A primazia concedida à dimensão estética converte-se assim numa forma de (an)estesiar os efeitos potencialmente subversivos de alguns autores e de exaltar os que se pudessem pôr ao serviço da ideologia dominante.⁹ Como se pode ler nos programas de 1948, a educação estética, devia ser feita a partir de obras “acessíveis à inteligência dos alunos, visando despertar o gosto literário e artístico, o interesse científico e contribuindo para uma sólida e reta formação moral”.¹⁰

Também os principais movimentos literários (o modernismo, o futurismo, o “segundo modernismo”) insistiram na valorização da dimensão estética, nalguns casos em articulação com a ideologia totalitária no poder, vinculando-se direta ou indiretamente ao regime, que se encarregou de premiar essa fidelidade.¹¹

Por seu turno, o Estado Novo, sobretudo através do sistema escolar, despolitizou os escritores incómodos para o regime (em particular a Geração de 70), valorizando o

e 70 a 84 [1954: 70 a 84]; Canto VII – n.ºs 1 a 9, 15 [1954: 14 e 15], 23 a 25, 30 e 31, 74 e 78 a 82; Canto VIII – n.ºs 30 a 32; Canto IX – n.ºs 1, 4, 8 e 13 a 15; Canto X – n.ºs 9 a 13, 80 a 82, 127 e 128, 140, 145 e 154 a 156.

⁹ Os programas de 1929, por exemplo, sublinhavam que através do estudo da literatura portuguesa se deve levar os alunos “pouco a pouco a compreender a beleza literária, a respeitar os valores espirituais e também a entrever a evolução dos diferentes géneros.” (Decreto n.º 16 362, *Diário do Governo*, n.º 11, I.ª série, de 14.1.1929).

¹⁰ Decreto n.º 37 112, *Diário do Governo*, n.º 247, I.ª série, de 22.10.1948. Em 1954, essa educação estética inicia-se logo nos dois primeiros anos: “Recitação de breves poesias. Observação de particularidades estéticas rudimentares, só na medida em que possam contribuir efetivamente para a educação da sensibilidade.” (Decreto n.º 39 807, *Diário do Governo*, n.º 198, I.ª série, de 7.9.1954).

¹¹ Cf. Justo (2010, pp. 60-61) e Pinto (2009).

seu lado estético (o que é evidente, *v.g.* com Eça de Queirós, Guerra Junqueiro e Gomes Leal). Em última instância, parece-nos que se trata de uma estratégia que visa reforçar a política do Estado Novo, estetizando a sua ideologia nacionalista e imperial.

Em termos práticos, a imposição de um conjunto de orientações teórico-literárias que sublinhavam a autonomia estética da literatura e a análise imanente dos textos explica em grande parte o facto de na segunda metade do século XX se ter iniciado a busca de rigor textual na edição d'*Os Lusíadas*,¹² a par da valorização da lírica camoniana. Mas não devemos esquecer que este processo foi concomitante com a “política” de Camões, ao serviço do Estado Novo. Com efeito, a restrição de Camões à sua dimensão estética e textual pode corresponder, como vimos, a uma leitura ideológica ainda mais forte.¹³

Ironicamente, este regresso ao texto não impediu novas derivas ideológicas em torno da obra camoniana a partir do 25 de Abril de 1974. Depois de um Camões do “Estado Novo”, tivemos um Camões “pós-25 de Abril de 1974” e de um Camões “pós-revolucionário”.¹⁴ É por isso inevitável voltar a cada passo à dimensão política da obra camoniana, pelo diálogo que a sua obra sempre manteve com a sua época (*cf.* Albuquerque, 2011) e com o momento histórico dos seus leitores, sobretudo a partir do

¹² Segundo Maria Lucília G. Pires, “Superou-se assim a instrumentalização do poema transformado em bandeira de uma qualquer ideologia política para se encarar a sua leitura como diálogo de uma obra que é expressão da cultura do seu tempo com valores éticos e estéticos do nosso tempo.” (1995, pp. 911-9122).

¹³ Antero de Quental considerava o critério literário insuficiente para a avaliação dos escritores, como observa a propósito de Camões: “Neste ponto de vista, *historico e psychologico*, não do ponto de vista meramente litterario d’uma esteril poetica de convenção, é que os Lusíadas devem ser estudados e compreendidos” (Quental, 1872, p. 28; *italico* nosso).

¹⁴ Nos discursos oficiais do 10 de Junho, após o 25 de Abril de 1974, é notória a preocupação com a nova imagem de Camões. Em 1977, Vergílio Ferreira lamentava que se misturasse “o nome puro do grande poeta à perturbação por que passamos” (AA.VV., 1983, p. 15).

No mesmo ano, Jorge de Sena defende que o seu Camões é um “Camões subversivo e revolucionário, em tudo um homem do nosso tempo, que poderia juntar-se ao espírito da revolução de abril de 1974” (AA.VV., 1983, p. 27), em contraciclo com a imagem então em voga: “pensarão alguns, acreditando no que se fez do pobre Camões durante séculos, que celebrá-lo, ou meditá-lo e lê-lo, é prestar homenagem a um reacionário horrível, um cantor de imperialismos nefandos, a um espírito preso à estreiteza mais tradicionalista da religião católica.” (*Ibid.*, p. 31; *cf.* pp. 36-37). Deste modo, lamenta o facto de Camões “ter sido usado, manipulado e treslido”, mas lembra que “o grande aproveitacionismo de Camões para oportunismos de politicagem moderna não foi iniciado pela reação”, mas “com o liberalismo romântico e com o positivismo republicano.”; “E, se o Estado Novo tentou apoderar-se de Camões, devemos reconhecer que ele era o herdeiro do nacionalismo político e burguês, inventado e desenvolvido por aquele liberalismo e aquele positivismo, naquelas confusões ideológicas que os caracterizaram e de que Camões não tem culpa: tê-la-iam por exemplo dois homens que merecem o nosso respeito: Almeida Garrett e Teófilo Braga.” (*Ibid.*, p. 32).

século XIX. Afinal, foi essa forte articulação que contribuiu para o lugar central que ainda hoje ocupa na nossa mitologia cultural.¹⁵ É por isso que, de certo modo, todos somos contemporâneos de Camões.

Referências

- AA.VV. (1983). *Camões e a Identidade Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Albuquerque, Martim de (2011). A Conção do poder político em Camões, In: Vítor Aguiar e Silva (Org.), *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Caminho, pp. 279-283.
- Andrade, Luís (1996). O Estado Novo e a ‘Geração de 70’: Eça e ‘O Grupo dos Cinco’ nas leituras nacionalistas. *Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 141-9.
- Braga, Teófilo (1873). Camões e os Lusíadas, por J. Nabuco. Camões e os Lusíadas, por F. E. Leoni. Os Lusíadas, por J. P. O. Martins. *Bibliographia Crítica de Historia e Litteratura* (dir. A. Coelho), Fascículo III, pp. 65-84. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Justo, Carlos Pazos. (2010). *Trajatória de Alfredo Guisado e a sua relação com a Galiza (1910-1921)*. Ames: Edicións Laiovento.
- Kermode, Frank (1983 [1979]). Institutional Control of Interpretation. *Essays on Fiction*, London/Melbourne/Henley: Routledge & Kegan Paul, pp. 168-184.
- Lourenço, Eduardo (1999). *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- Martins, J. P. de Oliveira. (1891). *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- Martins, J. P. de Oliveira (1955). *Literatura e Filosofia*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Pinto, Rui Pedro. (2009). *Prémios do Espírito. Um estudo sobre prémios literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pires, Maria Lucília Gonçalves (1995). Camonologia. *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. I, pp. 911-2. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- Quental, Antero de (1872). *Considerações sobre a Philosophia da Historia Litteraria Portuguesa (a proposito d’alguns livros recentes)*, Porto/Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugenio Chardron.
- Quental, Antero de (1926). *Prosas II*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Silva, Luís Augusto Rebelo da (1848). A Eschola Moderna Litteraria – O Sr. Garrett. *A Epoca. Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura e Bellas Artes*, n.ºs 7-10, 15-16, 25 e 27; pp. 105-109, 121-124, 136-139, 152-156, 234-238, 249-253, 388-391, 421-424.

¹⁵ Como sublinha Eduardo Lourenço, Camões tornou-se “objeto das nossas paixões nacionais, que são menos literárias ou culturais do que ideológicas, patrióticas, cívicas e por vezes partidárias.” (1999, p. 147); “Erigido em mito, incorporado no discurso cultural do século XIX, Camões sofrerá os reveses da nossa realidade, ou melhor, das leituras que a nossa *intelligentsia* – cujo olhar, por sua vez, espelha o século – fará dessa realidade.” (*Ibid.*, p. 150).